

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS CÂMPUS DOIS VIZINHOS

MARIA PATRÍCIA GORGES

**QUESTÕES DE GÊNERO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA
FEMININA: ANALISANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESAFIOS NO
ENSINO FUNDAMENTAL I**

DOIS VIZINHOS
2018

MARIA PATRÍCIA GORGES

**QUESTÕES DE GÊNERO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA:
ANALISANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESAFIOS NO ENSINO
FUNDAMENTAL I**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Licenciatura em Ciências Biológicas da
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Luciane
Kovalski

Coorientadora: Profa. Dra. Rosângela
Maria Boeno

DOIS VIZINHOS



TERMO DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso nº ____

**QUESTÕES DE GÊNERO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA:
ANALISANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESAFIOS NO ENSINO
FUNDAMENTAL I**

por

Maria Patrícia Gorges

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 20:30 horas do dia 14/11/2018, como requisito parcial para obtenção do título de Biólogo (Curso Superior em Ciências Biológicas – Licenciatura, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Dois Vizinhos). O candidato foi arguido pela banca examinadora composta pelos membros abaixo assinados. Após deliberação, a banca examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Me. Glauber Satori
UTFPR- Dois Vizinhos

Profa. Dra. Mara Luciane Kovalski
Orientadora
UTFPR – Dois Vizinhos

Profa. Dra. Rosângela Maria Boeno
UTFPR – Dois Vizinhos

Profa. Dra. Marciele Felippi
Coordenador do Curso de Ciências
Biológicas
UTFPR – Dois Vizinhos

“A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso”.

RESUMO

GORGES, Maria Patrícia. **Questões de gênero numa perspectiva emancipadora: Analisando as práticas pedagógicas no ensino fundamental I**. 2018. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas – Licenciatura), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2018.

A seguinte pesquisa foi desenvolvida com a finalidade de pesquisar as metodologias e práticas pedagógicas aplicadas no Ensino Fundamental I que condicionem ou contribuem na construção das relações de gênero que permeiam o âmbito escolar. O conteúdo de Ciências no Ensino Fundamental I é introdutório aos assuntos de Orientação Sexual, que podem ser vistos apenas com cunho científico e de saúde, ignorando sua dimensão social na construção da identidade dos alunos e alunas. Para dinamizar esse conteúdo, ele é aplicado como Tema Transversal, podendo e devendo ser trabalhado em todas as disciplinas de maneira dinâmica: observando os fatos, ações, situações cotidianas ou globais, e com uma postura despida de pré-conceitos ou julgamentos. A construção das relações de gênero dentro e fora da escola é um reflexo da sociedade sexista, machista, excludente e violenta contra as mulheres, transmitindo traços de diminuição, subordinação, insegurança e medo ao cotidiano de todas as mulheres. Os dados para o desenvolvimento desta pesquisa foram colhidos em uma escola pública municipal do município de Verê-Pr, onde sua comunidade escolar é caracterizada por sua colonização nos anos de 1940 e 1950 por descendentes de migrantes italianos, alemães e poloneses vindos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mesclados com a população nativa deste local. Para o diagnóstico dessas práticas e metodologias educativas, foi utilizada a aplicação de questionário aos professores atuantes na escola e a observação das aulas das professoras regentes de uma turma de primeiro e uma turma de quinto ano. Através dessas observações e do questionário foi possível verificar a coerência ou a falta dela entre a teoria e a prática em sala de aula. Dentre os resultados, verificamos que algo já está sendo feito nas escolas para a real emancipação feminina e combate ao machismo, mas muito ainda precisa ser trabalhado intensamente para que o resultado transforme a realidade feminina na sociedade, partindo da parcela de responsabilidade da escola.

Palavras Chave: Orientação Sexual. Autonomia. Educação. Escola. Ensino de Ciências.

ABSTRACT

GORGES, Maria Patrícia. **Gender questions in an emancipatory perspective: analyzing pedagogical practices in primary education I.** 2018. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas – Licenciatura), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2018.

The follow research was developed with the purpose to search the educative methodology and practice that it was applied in elementary school to conditioning and contributing in the construction the gender relationship that permeate the school thinking. The science content in the elementary school has a introductory level at sexual orientation, that can be seen only about scientific fact and health, that ignoring the student's social dimension in the identity building. To boosting this content, it is applied as Cross-cutting theme, and must be working in all the subjects with a dynamic manner: seen the facts, action, daily or global situations, and with a behavior without prejudices or judgment. The building relationship gender inside and outside of the school is a resulting of a sexist, male-dominated, excluding and violent society against the women, sending decreasing traces, subordinating, insecurity and fear to the women daily routine. The dates to developing this research were collected in a local public school in Verê city, where the school community is featured by the colonization in 40's and 50's by the Italians, germans, polish immigrant descedent that came from Santa Catarina and Rio Grande do Sul state mixed with the local population. To the diagnosis of this educative practices and methodology was used the applying questionnaire to the teacher that work in this school and also the the observation to the main teachers of the first and fifth grade. Through these observations and de questionnaire was possible verify consistency or no consistency between the theory and the practice in the classroom. We also verify that something is already been done in the schools to the real women's empowerment and the fight against male-dominated, but it is necessary do much more to the result can transform the women's reality in the Society. Stem the proportion of the school responsibility.

Key words: Sexual orientation. Autonomy.Education. School. Science teaching.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	9
2.1 O ENSINO DE CIÊNCIAS.....	9
2.2 A SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL COMO TEMA TRANSVERSAL	10
2.3 A IMPORTÂNCIA DA SEXUALIDADE NO ENSINO E QUESTÕES DE GÊNERO NA ESCOLA	12
2.4 HISTÓRICO SOBRE GÊNERO E FEMINISMO.....	13
2.5 DADOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	16
2.6 A SEGREGAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA	17
2.7 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE AÇÃO	18
3. METODOLOGIA	20
3.1 O LOCAL E PARTICIPANTES DA PESQUISA	21
3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	23
3.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 OBSERVAÇÕES.....	24
4.2 QUESTIONÁRIOS	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE A	40
APÊNDICE B	43

1. INTRODUÇÃO

Um dos papéis importante da escola é o de mediar discussões que promovam a construção de uma consciência de igualdade e equivalência entre os gêneros. É por meio da disciplina de Ciências no Ensino Fundamental I que os alunos terão o primeiro contato científico sobre o seu corpo, cuidados com o mesmo e a noção de respeito com o outro.

O tema de Orientação Sexual abrange o conhecimento sobre o corpo e as relações sociais que permeia entre as questões físicas e morais que não se constroem apenas sobre o conhecimento científico e o estudo das estruturas físicas. Há um apanhado de informações que vão sendo construídas culturalmente e refletem nos conceitos que formamos sobre a nossa sexualidade e das pessoas a nossa volta (BRASIL, 1994).

Esses conceitos são indissociáveis ao conteúdo de sexualidade e conhecimento do próprio corpo tratado nas escolas e, devido a sua complexidade e abrangência, o tema de Orientação Sexual foi adotado como um Tema Transversal da Educação Básica, podendo ser trabalhado em qualquer disciplina e durante todo o processo educacional (BRASIL, 1997a).

As questões de gênero levam em consideração a construção social e cultural sobre o que é ser homem e ser mulher, discutido largamente pela comunidade acadêmica, principalmente nas ciências humanas. Historicamente, o gênero seguia atribuído ao sexo biológico das pessoas, embora atualmente tenhamos maior clareza sobre a construção do que é ser homem ou ser mulher na sociedade, ou seja, a representação do nosso gênero perante as outras pessoas (IOP, 2009).

Para determinar quem é homem e quem é mulher, a sociedade criou um padrão de comportamento, onde as mulheres são historicamente responsáveis pelo provento da família e cuidado do lar, enquanto é função social do homem representar o núcleo familiar nos espaços público e garantir o sustento econômico da família (MAGALHÃES, 1980). Essa classificação de papéis de cada gênero foi construída por toda a caminhada da humanidade historicamente, como um resultado do patriarcado, que oprime, diminui e violenta a mulher, criando fragilidades que a impedissem de participar da sociedade de maneira igualitária para justificar essa opressão.

O padrão comportamental é transferido de geração a geração, culturalmente. Esse padrão influencia na identidade dos indivíduos e na forma como eles vêem a si mesmos e os outros. A construção do indivíduo é influenciada diretamente pelo meio em que vive, pela família e sociedade, e é principalmente na escola que o indivíduo pode ter a oportunidade de refletir e questionar os padrões da sociedade em que se encontra.

Nesse contexto, a pesquisa investigou se nas práticas pedagógicas do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Verê- Pr, houveram comportamentos sexistas entre professores e alunos em suas práticas metodológicas do cotidiano. A localidade escolhida tem algumas características relevantes para essa escolha, por se tratar de uma cidade colonizada nas décadas de 1940 e 1950 por migrantes descendentes de europeus, que trazem consigo a cultura e organização social do seu local de origem, mesclando com a cultura dos povos que já habitavam a região (PPP, 2014).

A pesquisa foi desenvolvida no ambiente escolar, com a metodologia de observação não participativa das aulas de Ciências e Educação Física, somado a aplicação de questionário aos professores e equipe de coordenação, para verificar a coerência entre os dados dessas metodologias. Objetivou-se nessa pesquisa:

- Verificar se os professores trabalharam a Orientação Sexual voltada a igualdade de gênero no cotidiano escolar.
- Observar se a prática pedagógica tem coerência com os conceitos fundamentais para a formação integral de cidadãos com noção de igualdade e emancipação;
- Verificar se o trabalho do dia a dia teve características sexistas e excludentes em relação ao gênero;
- Apresentar resultados que ajudem a desmistificar o preconceito e a diminuição da mulher/menina no âmbito escolar.

Os alunos, principalmente os que estão iniciando a vida escolar têm em seus professores um exemplo de comportamento, são influenciados a pensar e agir da maneira como observam a figura do/a professor/a. Para tanto, as práticas pedagógicas devem ter coerência com as práticas de igualdade e equidade entre os gêneros.

É esperada a formação de uma consciência de autonomia nas meninas, sabendo que não são inferiores e que não aceitem serem diminuídas frente a

posição dos meninos/homens, podendo estar no mesmo ambiente físico e ser tratadas com as mesmas oportunidades e direitos na escola e sociedade. Isso garantirá em seu futuro menos sofrimento e um crescimento integral como cidadã participativa e emancipada.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O ENSINO DE CIÊNCIAS

O Ensino de Ciências no Ensino Fundamental I, vem para dar um olhar científico e compreender questões naturais experienciais, possibilitar uma análise da sociedade e das relações nela envolvidas de maneira clara. Essa visão, deseja formação integral do cidadão com suas responsabilidades e capaz de pensar e refletir a vida em sociedade (FILHO; SANTANA; CAMPOS, 2011).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;

- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação (BRASIL, 1997b, p.7).

Dentro dos conteúdos trabalhados como blocos temáticos de Ciências no Ensino Fundamental I encontram-se: o Ambiente; o Ser Humano e Saúde; Recursos Tecnológicos e Terra e Universo. Lembrando que na Educação Básica, o Ensino de Ciência também tem o dever de contribuir e/ou reforçar os conhecimentos de domínio da Língua Portuguesa e Matemática (BRASIL, 1997b).

2.2 A SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL COMO TEMA TRANSVERSAL

No bloco temático Ser Humano e Saúde, é trabalhada a concepção de corpo humano, transmitindo a visão de que este é integrado e se relaciona com o ambiente, refletindo as condições de vida em que o sujeito se encontra. Para isso, é importante a contextualização dos sistemas do corpo, que trabalham juntos garantindo a vida, exemplificando de que forma a história de vida do sujeito implica na sua condição física (BRASIL, 1997b).

Nessa temática, é possível explicar temas como deficiências físicas, as questões raciais, de gênero, homossexualidade e principalmente conceituar o ser humano como espécie única em estado de igualdade. Ao mesmo tempo, sinalizando para a individualidade: os corpos, a história, o modo de pensar e agir é diferente para cada pessoa, ou seja, há particularidades dentro da nossa espécie. Quando há a compreensão e respeito com a história de vida do sujeito, haverá uma prática da cultura de tolerância.

Os PCN nos informam sobre a importância que a temática da sexualidade tem na vida humana e sua relação com o desenvolvimento e orientação para os alunos.

A sexualidade humana deve ser considerada nas diferentes fases da vida, compreendendo que é um comportamento condicionado por fatores biológicos, culturais e sociais, que tem um significado muito mais amplo e variado que a reprodução, para pessoas de todas as idades. É elemento de realização humana em suas dimensões afetivas e sociais, que incluem mas não se restringem à dimensão biológica (BRASIL, 1997b, p.40).

Sempre se espera que é função do professor de Ciências e Biologia abordar o tema de Educação Sexual pois esse trata das questões científicas e anatômicas de maneira a instruir os alunos a conhecerem seus corpos e se identificarem (ou não, no caso de transexuais). Porém, as questões que envolvem esse tema nem sempre são levadas a discussão/problematização. Os temas que exigem uma reflexão moral e despida de preconceitos podem não ser trabalhados durante toda a jornada escolar da criança ou jovem, levando assim a incompreensão e inquietação quanto a assuntos importantes e acarretando nos problemas sociais de desigualdades e principalmente se manifestando na forma de violência.

Por se tratar de um tema sociocultural, o tema de Orientação Sexual foi adotado como um dos Temas Transversais da educação, em 1996. Essa escolha se deu por sua necessidade de ser trabalhada, importância social e complexidade. A transversalidade garante que o assunto ganhe uma atenção contínua e integrada na formação dos estudantes, possibilitando ser trabalhado em todas as áreas do conhecimento (BRASIL, 1997a).

Para contextualizar os temas transversais em sala de aula não é preciso seguir um cronograma estático. Como se trata de situações e problemas reais da sociedade é possível utilizar os fatos atuais para iniciar as discussões e problematizações.

De certo ponto de vista, os temas são aleatórios. Por exemplo, uma notícia de jornal, um filme, um programa de TV, um acontecimento na comunidade podem sugerir assuntos a serem trabalhados e converterem-se em temas de investigação. Um mesmo tema pode ser tratado de muitas maneiras, escolhendo-se abordagens compatíveis com o desenvolvimento intelectual da classe, com a finalidade de realizar processos consistentes de ensino e aprendizagem (BRASIL, 1997a, p.34).

Dentro do tema transversal de Orientação Sexual são propostos três eixos a serem trabalhados: Corpo humano, Relações de gênero e Doenças Sexualmente Transmissíveis. Dentro desses eixos os alunos devem compreender: noções de saúde e higiene, cuidado com o próprio corpo; as questões historicamente construídas sobre as relações e funções estabelecidos para cada gênero e a alteração desses padrões; e por fim, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis por meio de informação científica e atual, assim como o combate à discriminação aos portadores de HIV (RADESPIEL, 1998).

2.3 A IMPORTÂNCIA DA SEXUALIDADE NO ENSINO E QUESTÕES DE GÊNERO NA ESCOLA

Em uma visão crítica da atualidade educacional, é possível observar que a sexualidade é trabalhada mais com uma visão sobre saúde do que tratando das questões de gênero e diversidade sexual. Nogueira (2011), afirma que o assunto de sexualidade nem sempre é tratado nas aulas, pois os pais dos alunos questionam o que está sendo trabalhado. Motivados tanto pelo preconceito, por suas religiões, formação ou falta de conhecimento sobre o assunto, acabam por intimidar o/a professor/a em sala de aula. Assim os professores/as se sentem inseguros/as ao trabalhar os temas em uma sala muito diversa, acham difícil chegar a temas como prostituição, aliciamento de menores, abuso sexual, exploração infantil e outros.

A Orientação Sexual está voltada para a melhoria da vida dos sujeitos e da coletividade, e não só as noções de gênero, saúde e o corpo, mas todo o assunto que circunda essa discussão, socialmente falando, precisa ser trabalhado com os alunos e alunas para que futuramente tenhamos um reflexo de igualdade, consciência, respeito, tolerância e justiça. As questões raciais, étnicas, religiosas também precisam de um trabalho efetivo que busca conscientizar e acabar com os preconceitos e discriminações.

Trabalhar temas tão complexos desde cedo na vida dos estudantes é de fundamental importância para a formação de uma sociedade mais igualitária e tolerante. Compreender que trabalhando a educação no presente, veremos as transformações acontecendo no tempo presente. Olhar para os alunos como os cidadãos do futuro é uma forma de menosprezar e desrespeitar seu direito de se expressar e sua representatividade social. A criança não é o cidadão do futuro, ela é um cidadão hoje, capaz fazer a diferença na sociedade através de suas relações e diálogo.

Ademais, é no âmbito das Séries Iniciais que a criança constrói seus conceitos e apreende de modo mais significativo o ambiente que a rodeia, através da apropriação e compreensão dos significados apresentados mediante o ensino das Ciências Naturais (FILHO; SANTANA; CAMPOS, 2011 p. 5).

Dentro dos eixos da Orientação Sexual, vamos nos ater mais no desenvolvimento de Relações de Gênero. Nesse eixo busca-se trabalhar com as

representações construídas social e culturalmente para diferenciação biológica entre homens e mulheres (RADESPIEL, 1998).

2.4 HISTÓRICO SOBRE GÊNERO E FEMINISMO

Desde o nascimento das crianças, são (re)passados padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres. Muitas vezes até inconscientemente a sociedade separa na infância impondo as cores de meninas e cores de meninos, atividades para meninos e atividades para meninas. A repressão da meiguice e sensibilidade para meninos e da agressividade e objetividade para meninas e, assim incentivando que se propague a segregação sexual, justificando que homens e mulheres são essencialmente diferentes (RADESPIEL, 1998).

Nesse momento, surge o questionamento de qual é então, o verdadeiro papel da mulher na sociedade. Magalhães nos traz a seguinte resposta:

Evidentemente, esses papéis são vários: ora é ela dona de casa, esposa, mãe de família, ora enfrenta a chamada dupla jornada de trabalho, é a profissional, trabalhando no lar e fora dele, ora é a mulher que luta para ter uma participação efetiva na sociedade da qual é membro. Enfim, a mulher tem que desempenhar vários papéis e o importante é que ela não se veja, em todo esse cenário, somente como mulher mas, antes de tudo, como ser humano e, dessa forma, procure fazer sempre alguma coisa que a complete, que a realize (MAGALHÃES, 1980, p.123).

Historicamente, os homens foram mais favorecidos na questão de poder e dominação de gênero. A mulher aparece em posições diferentes no desenvolver histórico, sendo que para os primeiros povos ela era a detentora do poder, pois era capaz de gerar a vida, assim sendo também a responsável pela agricultura, pois a produção e fertilidade do solo era relacionada à reprodução feminina. Vivia-se então um período matriarcal, sem a presença do Estado e nesse contexto a mulher/mãe era a detentora do poder. O homem passou a impor sua dominação sobre a mulher depois que desenvolveu a dominação do metal e fabricação de armas, passando assim a ser o defensor e chefe político da aldeia, instaurando o patriarcado, que domina a sociedade e oprime as mulheres (IOP, 2009).

De acordo com o que já foi apresentado em Musatto e Gorges (2017): no desenvolver das civilizações, a mulher ficou fora da tomada de decisões políticas, ficando reservado a esta apenas os espaços privados, ou seja, propriedades e o lar. A partir da revolução industrial, a presença de mulheres nas fábricas foi necessária,

pois a indústria precisava de mão de obra. Mesmo sem deixar de ser a responsável pelo trato da casa e dos filhos, a mulher ocupa o lugar de operária e o salário é repassado para o homem, que o administrava.

A partir da metade do século XIX, a mulher começa a ocupar outros espaços, como hospitais e escolas, mas sempre com cargos supervisionados e/ou controlado por homens. Com isso, inicia-se uma discussão, ainda sem espaço social, sobre as necessidades femininas, suas condições e dificuldades (SAFFIOTI, 2009).

Não há como falar de discussão de gênero sem falar em feminismo: esse movimento traz uma reflexão para a sociedade, disposta a lutar por igualdade entre os gêneros. Lembrando que foram usadas as condições biológicas para a exclusão e diminuição da capacidade feminina de participação e construção da sociedade, pois a reprodução era colocada como um empecilho para a participação cidadã feminina.

As abordagens feministas se afastam daquelas vertentes que tratam o corpo como uma entidade biológica universal para teorizá-lo como um construto sociocultural e lingüístico, produto e efeito de relações de poder, o conceito de gênero passa a englobar todas as formas de construção implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens, e privilegia o exame dos processos de construções biológicas, comportamentais e psíquicas percebidas entre homens e mulheres[...] (NOGUEIRA, 2011. p. 15).

Para Sarti (2004), o feminismo tem suas raízes na identidade sexual compartilhada, que evidencia a anatomia, mas num recorte social no qual a mulher se constrói, se torna mulher, ou seja, a construção social do que é ser mulher na sociedade.

O movimento feminista no Brasil começa a ganhar espaço nas ruas a partir de 1970, em que se busca a emancipação feminina no contexto social, político, cultural e histórico. Contestando também a ordem política vigente, após o golpe militar de 1964, assumindo desde seu início uma posição política, importante para as bandeiras que levanta. As questões propriamente feministas ganharam mais espaços depois da abertura do regime, no final da década de 1970 (SARTI, 2004).

A abertura política possibilitou a chegada da temática feminista nas escolas e locais públicos, desenvolvendo uma tentativa de agir de forma mais integrada e abrangente. A visão da escola como um local de reprodução das desigualdades sociais fez surgir a possibilidade de pedagogias feministas e não sexistas. Embora presente nas escolas, as cartilhas de Orientação Sexual dos PCN são pouco usadas

pelos/as docentes, e a questão sexual e de gênero ainda é vista e julgada difícil de ser trabalhada em sala de aula, ou então só é abordada na reprodução das opressões (disfarçada de moral) e questões ligadas a saúde (HENRIQUES, *et al.* 2007).

A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero[...] (RADESPIEL, 1998 p.12).

A proposta maior de independência, autonomia, conhecimento de direitos e emancipação ainda é apenas almejada, as práticas pedagógicas ainda deixam a desejar. Algumas práticas excludentes são perpetuadas na nossa sociedade e acabam sendo aceitas de forma a menosprezar questões femininas sem nos darmos conta de sua importância, como explica Nogueira (2011):

Referir-se a meninos e meninas ou homens e mulheres sempre na forma masculina favorece uma superioridade de um gênero sobre o outro. A linguagem no masculino não é um reflexo do real, ou seja, a escolha do homem serviu para denominar a única espécie do planeta que se raciocina que tem inteligência. Portanto, sugere-se que professores e professoras evitem o tratamento no masculino, evitando assim maior constrangimento frente aos alunos, esse pode ser um dos caminhos para mudar a realidade (NOGUEIRA, 2011.p.16).

Trabalhar questões de gênero na escola tem muito a ver com ajudar a formar a identidade das pessoas, e discutir porque o que é visto como “papel” da mulher é sempre rebaixado, excluído, segregado e mal interpretado. Para Magalhães (1980), a imagem que foi criada da mulher é aquela em que sua principal função é a de criar os filhos, vista como fraca, dependente e submissa.

A escola também é local de luta contra opressão, e não consegue mais determinar o momento de inserir as questões de sexualidade no cotidiano da escola, sendo que essas já estão inseridas nos/as alunos/as desde suas primeiras relações com o mundo.

Segundo Filho, Santana e Campos (2011, p. 2) “a criança, desde as Séries Iniciais de escolaridade, é cidadã que se constrói através de inúmeros atos interativos com os outros e com o meio em que vive”. O contato com a sexualidade se dá inicialmente no lar, com os pais e outros membros de sua família e é levado para a escola. Lá, esse (pré)conceito pode servir de reprodução opressora ou pode

ser trabalhado de forma desmistificada e desconstruída, a fim de criar uma leitura crítica do mundo.

Cada pessoa, aluno ou professor, apreende em seu meio de convívio, especialmente em família, um conjunto de ideias a respeito do corpo. É importante que o professor tenha consciência disso para que possa superar suas próprias pré-concepções e retrabalhar algumas das noções que os alunos trazem de casa, algumas correspondentes a equívocos graves. Além dessas noções adquiridas em sua vivência individual, há outras gerais difundidas pela mídia, mas tão pouco elaboradas que também constituem senso comum. Todas essas conceituações adquiridas fora da escola devem ser consideradas no trabalho em sala de aula (BRASIL, 1997b, p.39).

Os esforços para a visibilidade das questões de gênero na escola implicam acima de tudo na igualdade social, respeito e diminuição da violência que há tanto tempo é buscada. Existem vários instrumentos legais, encontros e conferências nacionais e internacionais que discutem a proteção às mulheres, visam igualdade de remuneração pelo mesmo cargo, igualdade de oportunidades, combate a violência e melhorias na segurança, mas esse trabalho não está sendo suficiente (HENRIQUES, *et al.* 2007).

2.5 DADOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Para contextualizar a importância de discutir o tema de gênero nas escolas, podemos citar a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Datafolha revelou que, no Brasil, 30% dos homens e mulheres concordam com a afirmação: ‘a mulher que usa roupas provocantes não pode reclamar se for estuprada’ (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016, p.39). A sociedade trata as mulheres com desrespeito desde sempre, e acaba por fortalecer estereótipos julgados pela forma de se vestir, locais frequentados e principalmente a companhia ou não de um homem.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2016, houve 49.497 casos registrados de estupro no Brasil, e 6.548 casos registrados de tentativa de estupro, onde 85 a 88% das vítimas são do sexo feminino e 90% ou mais dos agressores são do sexo masculino. No ano de 2017, somando todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, temos o número de 60.018 casos de estupros notificados. No entanto, a maioria dos casos não chegam a ser denunciados, como nos deixa claro a “nota técnica do IPEA de 2014 [onde] sugere que apenas 10% dos

crimes de estupro sejam efetivamente notificados” (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016, p.44). Como agravante a essa situação, há os casos onde as vítimas não conseguem denunciar por medo de exposição ou insegurança, se culpabilizando e, acabam assim contribuindo para a continuidade da violência. Essa atitude da vítima é consequência da chamada “cultura do estupro”, que acaba por minimizar e relativizar a violência contra a mulher.

Ainda segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança pública, o disque 180 (central de atendimento a mulheres) registrou uma média de 9,53 registros de violência do tipo estupro, assédio, exploração sexual por dia, no ano de 2015, e apenas 621 casos registrados como feminicídio, sendo que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil, com dados de 2016, o que implica em uma dificuldade na implementação da lei para caracterizar esse tipo de crime. No ano de 2017, foram notificados 1133 casos de feminicídio no Brasil, apresentando uma alta considerável em comparação com os dados do ano anterior (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016, 2017, 2018).

De forma menos precisa, podemos citar que há violência e discriminação motivada por questões de gênero e sexualidade dentro das escolas quando “os estudantes brasileiros relatam que as características físicas como a aparência do corpo (15,6%) ou do rosto (10,9%) estão entre os principais motivos de se sentirem humilhados pelos colegas no ambiente escolar” (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016, p.99). Esse mesmo dado não é apresentado nas versões dos anos de 2016 e 2017.

2.6 A SEGREGAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Wenetz (2009) relata que as relações pessoais na escola ajudam a moldar a visão sobre os corpos e os significados que a eles são atribuídos. A cultura dentro da escola também delimita por gênero os espaços ocupados pelas crianças maiores ou menores, meninos ou meninas.

A autora faz o relato da situação de “[...] um menino que não incluía o futebol em seus interesses de brincadeiras e, por isso, era chamado de ‘bicha’ pelos colegas” (WENETZ, 2009 p.77). Tomamos como exemplos nas brincadeiras nas quais se evidencia o que um determinado gênero faz ou não pode fazer, na visão historicamente construída um gênero está em detrimento ao outro.

Quando há o caso de uma menina gostar de jogar bola como os meninos ela é chamada por eles de *meio menino*. Essa situação só reforça os estereótipos do comportamento que é aceito pela sociedade de atitudes/atividades de meninos e atitudes/atividades de meninas (WENETZ, 2009).

Acontecem no recreio diferentes imposições e/ou negociações, segundo o gênero e a idade. Assim, é possível dizer que esse espaço não é um espaço de liberdade e de espontaneidade como poderia parecer num primeiro momento, pois existe uma certa imposição/negociação do que pode ser feito, em que parte do pátio e com quais crianças. Meninos e meninas conformam grupos, deslocam-se, fazem coisas diferentes, circulam, etc. Nesse espaço então, acontecem aprendizagens. No que se refere ao gênero, as crianças aprendem algumas formas de agir e de se comportar como meninos e meninas de determinado tipo (WENETZ, 2009, p.78).

Essa forma de delimitar as atividades e as brincadeiras de cada gênero, acaba por justificar para as crianças a segregação sexual, as desigualdades e pela sua contínua repetência, acaba sendo incorporada como uma prática comum, normal ou natural e aceitável no cotidiano escolar e fora dele.

“Historicamente, assim como nos processos educativos voltados para as gerações atuais, as diferenças de gênero acabam por conduzir os sujeitos a valores, crenças e visões de mundo que estabelecem, muitas vezes, relações de desigualdade entre homens e mulheres” (PÁTARO; MEZZOMO, 2014 p.12).

Vimos, portanto, como dever e possibilidade da escola, separar o que é preconceito e discriminação do que é um relacionamento saudável e de crescimento entre os gêneros. A discussão e esclarecimento desses preconceitos ajudará na formação dos indivíduos de maneira que as meninas não tenham sobre si mesmas uma visão de inferioridade, e que acabem por aceitar/acreditar nessa visão socialmente construída de si mesmas.

2.7 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE AÇÃO

Como uma das possíveis soluções para o caos social envolvendo discriminação de gênero, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) propõe “incentivar a capacitação dos professores do Ensino Fundamental e Médio para a aplicação dos PCN no que se refere às questões de promoção da igualdade de gênero e de combate à discriminação contra a mulher (BRASIL/MRE, 2002: *apud* HENRIQUES, *et al.* 2007 p.23).

Acredita-se então, que a educação pode oferecer a oportunidade de mudança que a sociedade atual tem carência. Ela deve discutir os temas de gênero e ajudar a construir uma sociedade mais igual e justa, onde a mulher não é sujeita a violência e pode contar com segurança e respeito.

É importante que o trabalho sobre o crescimento e o desenvolvimento humanos leve em conta as transformações do corpo e do comportamento nas diferentes fases da vida — nascimento, infância, juventude, idade adulta e velhice —, evidenciando-se e inter cruzando-se os fatores biológicos, culturais e sociais que marcam tais fases. Importa, ainda, que se enfatize a possibilidade de realizar escolhas na herança cultural recebida e de mudar hábitos e comportamentos que favoreçam a saúde pessoal e coletiva e o desenvolvimento individual. É papel da escola subsidiar os alunos com conhecimentos e capacidades que os tornem aptos a discriminar informações, identificar valores agregados a essas informações e realizar escolhas (BRASIL, 1997b, p.39).

A dificuldade de desenvolver o trabalho de contextualização e conscientização das questões de gênero começa na falta de formação necessária para os professores, ou então quando há, ele não é transmitido de forma que impacte ações ou problematize a sociedade.

O papel da mulher vem mudando no decorrer dos tempos em vários campos, principalmente no mercado de trabalho, na educação e na política. À educação compete deixar claro que tanto homens quanto mulheres têm os mesmos direitos e deveres, sempre deixando o preconceito e a discriminação de lado ao realizar a abordagem. Diante dessa observação se torna necessário que o educador tenha uma prática pedagógica que efetivamente contribua para a promoção de uma educação igualitária (NOGUEIRA, 2011. p. 17).

É preciso que se tenha uma coerência nas atitudes dentro e fora da sala de aula ao se tratar da problematização das questões de gênero na escola. O/A professor/a, em sala de aula, ao abordar a temática de gênero, deve transmitir a valorização da igualdade entre meninos e meninas, respeitando a dignidade de cada um individualmente, e não destacando ou ressaltando a hipótese, por exemplo, que meninos se saem melhor na disciplina de matemática e meninas na disciplina de português, pois essas questões podem não ter relação biológica, mas sim, ter relação com as experiências vividas pelos alunos até então.

Os professores também precisam estar atentos às diferentes formas de expressão dos alunos. Muitas vezes a repetição de brincadeiras, paródias de músicas ou apelidos alusivos à sexualidade podem significar uma necessidade não verbalizada de discussão e de compreensão de algum tema. Deve-se então satisfazer a essa necessidade (BRASIL, 1997b, p. 303).

Diante destas considerações, em relação ao tema é possível alcançar a problematização necessária para a introdução da temática em estudo durante as aulas. Todas as questões ocorrentes na escola, ou até fora dela, são possíveis de serem discutidas e trabalhadas para que não se transformem em desvantagens relacionadas ao gênero. E, por fim, Nogueira (2011, p.18) afirma que “ [...] a educação sexual precisa discutir as marcas da identidade do sujeito sem subordinação à exclusão, sexismo, homofobia, discriminação e preconceito”.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa em âmbito escolar, é necessário estar inserido no ambiente, mesmo que essa inserção seja apenas por alguns dias, a fim de conviver com o público-alvo da pesquisa, o que possibilita uma análise mais ampla das características, peculiaridades e da complexidade das relações de gênero do ambiente escolar.

Esta pesquisa tem cunho qualitativo, como explica Ludke e André (1986, p.12) “[...] os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo”. O que nos faz olhar qualitativamente para o assunto, considerando sua importância social e aplicada a campo.

Inicialmente, para se realizar a pesquisa foi necessário dialogar com as informações construídas até então sobre o assunto, ação realizada na revisão bibliográfica. Foram consultados os autores e autoras que tratam do assunto e promovem essa discussão com o reconhecimento dos conceitos que serão utilizados para a pesquisa. Esse compilado de conceitos e conhecimentos serviu de base para as análises.

Para a coleta de dados, em campo, foram observadas as aulas das professoras regentes de uma turma de primeiro ano e uma turma de quinto ano, assim como as aulas de educação física dessas turmas. O período de observação ocorreu entre as datas de 23/08/18 à 28/09/18, em dias descontínuos, conforme a disponibilidade da escola.

Para Marconi e Lakatos (2003), a observação pode nos revelar os fenômenos que desejamos estudar, além de apenas ver e ouvir, pois é na observação que

veremos os reais aspectos do campo de estudo. Isso possibilita uma maior riqueza de detalhes na coleta dos dados e na discussão dos resultados

Tanto quanto a entrevista, a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. Em primeiro lugar, a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno. “Ver para crer”, diz o ditado popular (LUDKE; ANDRÉ, 198, p.26).

Também foram aplicados questionários aos/as professores/as e equipe de coordenação da escola, a fim de perceber se os estes ainda praticam, mesmo sem consciência crítica as metodologias excludentes em suas práticas diárias, como a formação de filas distintas, acreditar que os gêneros têm preferências diferentes por disciplinas, separar meninos e meninas em determinadas atividades e também perceber se há coerência das respostas do questionário com o que foi observado nas aulas.

Sobre essa técnica de coleta de dados, Severino (2007, p. 126) assim se manifesta:

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos. As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambigüidades e respostas lacônicas.

Diante do exposto, percebe-se a importância do questionário na pesquisa como uma complementação de dados à outras técnicas de pesquisa, neste caso a observação, uma vez que o questionário por si só, mesmo que se utilize de questões bem elaboradas, é uma técnica que se resume apenas as respostas dos entrevistados e, portanto carrega em si a subjetividade dos envolvidos, o que nem sempre corresponde ao que realmente acontece no ambiente escolar.

3.1 O LOCAL E PARTICIPANTES DA PESQUISA

A Escola escolhida para a realização da pesquisa se localizada no município de Verê, mantida pela administração municipal desde 1948. Essa escola foi escolhida

por alguns fatores relevantes, sendo estes os principais: a proximidade física que facilita a pesquisa e a construção social e cultural da comunidade escolar.

Na escola, foram escolhidas duas turmas para a observação das aulas. Sendo uma de primeiro ano, onde os alunos têm por volta de 6 a 7 anos e a outra turma de quinto ano, que é a última turma que a escola atende de Ensino Fundamental I, com alunos de 10 a 11 anos. Essas turmas observadas têm uma professora regente que ministra as aulas de Português, Matemática e Ciências, enquanto as disciplinas de História e Geografia tem outro/a professor/a, assim como de Educação Física, Ensino Religioso, Inglês e Arte.

A composição da comunidade escolar, conforme o Projeto Político Pedagógico - PPP (2014), conta com crianças vindas de famílias de renda média e em grande maioria de renda baixa, residentes da zona rural e urbana. Grande parte dos alunos e alunas são descendentes de poloneses, alemães e italianos que migraram dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul nas décadas de 1940 e 1950, se somando às populações que já habitavam a região. A religião católica é dominante entre os integrantes, e as tradições familiares são vistas como algo positivo por grande parte da comunidade escolar.

São aproximadamente 20 professores que atendem cerca de 450 alunos nos turnos matutino e vespertino, no Ensino Fundamental I, e noite na Educação de Jovens e Adultos (EJA), porém no ano de 2018 não está sendo oferecida essa modalidade.

Foram convidados todos os professores e equipe de coordenação para participarem da pesquisa respondendo ao questionário (apêndice A). Para a observação foram escolhidas as professoras de Ciências, que também são as regentes de cada turma e os professores de Educação Física, pois o objetivo era obter informações do trabalho desses docentes referente ao conteúdo de corpo humano e as relações sociais e culturais. A observação das aulas seguiu o roteiro de observação (apêndice B).

A disciplina de Educação Física foi escolhida pela maior liberdade que os estudantes têm nessas atividades, que tende a demonstrar com mais clareza os comportamentos separados por gênero nas atividades recreativas, envolvendo questões de território, espaço, movimento, atividades, separação de grupos e os casos vistos como diferentes do padrão dominante, assim como a postura do/a professor/a frente a essas situações.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O contato observativo com o objeto de estudo dá à pesquisa um significado mais real da perspectiva do sujeito, portanto, a observação assistemática e não participante foi aplicada a coleta dos dados, onde se colhem os dados sem fazer perguntas diretas e se observa os fatos como espectador, sem interferir na situação (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Essa classificação foi escolhida pelo fato da subjetividade que as relações de gênero se desenrolam no dia a dia escolar. Desta forma, foi possível observar e coletar os dados sem que possa ser impressa uma falsa postura adequada do/a pesquisado/a frente ao pesquisador/a.

Foram observados cinco períodos de aulas da professora regente de cada turma e duas aulas de Educação Física dessas mesmas turmas. As professoras regentes são responsáveis pelas disciplinas de Português, Matemática e Ciências, e as demais disciplinas contam com professores/as específicos/as. Portanto, foram observadas todas as aulas da professora regente de sua turma, pois além de pouco tempo de aula destinado à disciplina de ciências, alguns educadores usam da multidisciplinaridade para integrar os conteúdos.

Foram anotados os pontos onde estão inseridas ações que acabam por justificar, menosprezar, diminuir ou impactar negativamente a formação de identidade e imagem feminina no contexto social. Também foram observadas e comentadas ações que por sua vez incluem e promovem a formação integral de meninas em seu cotidiano escolar.

Para tanto, as observações foram anotadas em um Diário de Campo, seguindo o roteiro, que “[...] é um instrumento ao qual recorreremos em qualquer momento da rotina do trabalho em que estamos realizando” (MINAYO, 2002, p.63), onde serão anotadas informações importantes, como comportamentos, falas, observações sobre o relacionamento dos envolvidos, e demais situações que não serão captadas pelo questionário.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

As aulas observadas, com os apontamentos realizados no diário de campo passaram por uma seleção crítica, a fim de não serem usados apontamentos tendenciosos ou mal interpretados no momento da coleta. Para Marconi e Lakatos (2003), o pesquisador pode anotar em sua coleta de dados muitas observações, por vezes mal compreendidas, incompletas ou fora de contexto, e a seleção crítica tem a função de minimizar os erros nesse sentido. Seguido da análise com a interpretação dos apontamentos, para dar um significado coerente relacionando com a teoria pesquisada.

A partir das respostas do questionário aplicado, foi utilizada a análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), que permite analisar os significados e significantes, levando em conta a subjetividade das questões contidas no questionário. Os resultados foram organizados em quadros com suas respectivas discussões.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 OBSERVAÇÕES

Para facilitar a leitura, a denominação dos sujeitos observados são as seguintes: a professora regente do primeiro ano será chamada de professora A, a professora regente da turma de quinto ano será chamada de professora B, os professores de Educação Física de primeiro e quinto ano serão chamados respectivamente, de C e D. Houve ainda a observação de uma aula com a policial que desenvolve o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que será denominada E.

As aulas de Educação Física das duas turmas tiveram resultados bem próximos. O conteúdo e as atividades não apresentavam relação direta com os moldes da sociedade, relações de gênero ou valores morais, porém, em todas estas aulas houve separação física de meninos e meninas e também a separação de atividades que os gêneros desenvolviam.

Nas aulas do primeiro ano, o professor C iniciava com um alongamento, com os alunos e alunas dispostos em círculo, acompanhando a linha da quadra de esportes da escola. Posterior a isso, os/as alunos/as realizavam as atividades sugeridas: o professor organizava as crianças em filas mistas para caminhadas,

corridas, e os primeiros exercícios, posteriormente tomava cuidados ao selecionar os alunos para as brincadeiras de “pega-pega”, primeiro três meninos, depois três meninas. Ao final das atividades sugeridas, o professor C separa os meninos das meninas, encaminhando os meninos às atividades com bola e as meninas ficavam com brincadeiras alternativas, no espaço do palco em frente a quadra, onde usavam cordas e bambolês para suas brincadeiras.

Nas aulas do quinto ano, ministradas pelo professor D, os alunos e alunas também são direcionados à quadra esportiva da escola. Na primeira aula observada, são todos orientados a se exercitarem da maneira que quiserem, com a liberdade de escolha de atividades e objetos. Nesse dia, os meninos da turma usam o espaço da quadra e chutam a bola, há a observação de duas meninas que participam dessa brincadeira, enquanto as demais alunas estão na beira da quadra, pulando corda ou ociosas. Na outra aula, o professor organiza os alunos em dois times mistos para um jogo de caçador. Após o jogo os meninos são separados das meninas, e novamente os meninos usam o espaço da quadra e as meninas pulam corda e usam bambolês para suas atividades.

Podemos fazer a reflexão de que há dois tipos de metodologias que os professores C e D usam: uma inclusiva e igualitária com a formação de times mistos, filas mistas e atividades iguais para ambos os gêneros; e outra excludente e sexista, com a separação dos gêneros para as atividades, estimulando a competição de meninos e meninas dispostos em times diferentes. Para Kurowski (2014), a separação de meninos e meninas nas aulas de educação física pode ser considerada uma forma de discriminação, mesmo que o professor busque uma uniformidade para a sua prática, deixa de considerar fatores importantes, como idade, força e habilidade.

Ambas as metodologias estão sendo utilizadas nas mesmas aulas, porém Silva; Silva e Santos sugerem na cartilha “Por uma educação não sexista” que é necessário “[...] estimular brincadeiras e jogos em conjunto, combatendo, assim, a competição e rivalidade entre os sexos e mostrar que ambos são capazes de realizar as mesmas tarefas e funções[...]” (SILVA; SILVA; SANTOS, 2009, p.9).

A professora A usou a multidisciplinariedade para trabalhar os conteúdos em sala de aula, então não houve nenhuma aula observada que se tratava apenas da disciplina de Ciências, mas os conteúdos de Português e de Matemática que foram

os mais presentes nas observações eram relacionados à natureza, história, localização temporal e espacial.

Nenhum conteúdo observado foi relacionado a gênero ou valores tradicionais, e a separação entre os gêneros foi observada na leitura de cartazes, formação de fila e nos crachás com seus nomes na parede.

A rotina da turma de primeiro ano consistia inicialmente na acolhida com uma oração e músicas infantis: dentre elas, havia uma em que ao final da canção as crianças deveriam abraçar seus colegas, nesse momento a formação dos pares era espontânea e a professora apenas auxiliava na formação das duplas para que ninguém ficasse sem abraçar ou ser abraçado. Não foi observado escolha de parceiros pelo gênero. Em outro momento da aula observada, a professora A organizou os alunos em grupos de 4 crianças, esses grupos foram formados a partir da proximidade física das crianças na sala de aula, formando grupos mistos.

A iniciativa de formar os grupos dessa maneira reforça a construção de igualdade entre os gêneros, como afirma a autora Nogueira (2011, p.17) que “[...] se torna necessário que o educador tenha uma prática pedagógica que efetivamente contribua para a promoção de uma educação igualitária”.

Na saída de todas as aulas observadas os alunos formavam duas filas, uma de meninos e uma de meninas. A professora não verbalizava a organização dos alunos dessa forma, de modo que esses já estão acostumados com essa rotina.

Na turma de quinto ano, sob regência da professora B, podemos observar mais questões pontuais sobre a temática das relações de gênero. A dinâmica das aulas era diferente das aulas do primeiro ano, aqui a professora regente diferenciava as disciplinas de Português, Matemática e Ciências. A disciplinas de Ciências é trabalhada apenas na sexta-feira, o que prejudica o andamento do conteúdo, pois é pouco tempo e houveram muitos feriados e recessos nesse dia da semana.

Na primeira aula observada, os alunos estavam fazendo a leitura de fábulas que produziram nas aulas anteriores: nesse contexto, foi possível observar que em uma turma com 10 meninas e 7 meninos, apenas três fábulas produzidas tinham personagem principal sendo do gênero feminino. Esse dado pode indicar uma falta de representatividade feminina, ou seja, nem mesmo as meninas se veem representadas em um personagem feminino. No mesmo contexto, foi observada uma fábula, onde a aluna faz a representação de um personagem mau sendo do gênero masculino, e o personagem bom sendo do gênero feminino, justificado pela

representação maternal da mulher em meio a situação de abandono dos animais da fábula.

Essa representação segue os moldes e valores da sociedade atual, pois trata dos gêneros com dualidade como mostram as autoras Fontenele e Tanaka (2008, p.1), em seu texto “Maternidade, reprodução humana e gênero: um diálogo com Pierre Bourdieu”:

Os valores sociais correspondem a visões de mundo que possibilitam a significação dos objetos, comportamentos e interações. Eles estão na base que fundamenta a moral das atitudes e comportamentos. É através dos valores que os indivíduos sistematizam seus entendimentos sobre o justo, o injusto, o permitido ou proibido, o correto ou incorreto, o belo ou feio etc.

Em outra aula observada, a professora B cedeu o espaço das aulas para a policial do PROERD, mencionada como sujeito E. No tempo que o curso foi desenvolvido na sala, tivemos uma situação que merece ser analisada. O sujeito E utiliza da frase “*não tem coragem, não é homem*” para representar uma provocação feita por um colega ao incitar outro ao uso de drogas.

Para Silva; Silva e Santos (2009), frases machistas são usadas corriqueiramente na sociedade patriarcal como forma de propagar o machismo, afirmando que apenas os homens têm coragem, e reafirmando a dualidade entre homem e mulher, ou seja, a superioridade masculina, que nessa frase representa a coragem, e ficando a mulher com o medo, ou a falta de coragem.

Na aula de Ciências observada, o conteúdo tratado foi sistema digestório. E também foi observado um comentário que reproduz o machismo instaurado pelo patriarcado, quando a professora B fez a comparação de artérias obstruídas por gordura com “*o que acontece lá com a pia da mãe*” direcionando que a pia da casa é apenas responsabilidade da mãe. Essas atitudes encontram-se incrustadas em nossas falas e atitudes diárias, como algo normal ou natural.

JUNIOR (2011) traz uma reflexão pertinente sobre essa naturalização, indicando que essa justificativa de preconceito e conservadorismo se apresenta de maneira mais plena e assegura a reprodução da inferioridade da mulher como natural e inquestionável. É necessário se livrar dessa naturalidade e simplicidade do sistema patriarcal para alcançar a equidade, sem determinar que a responsabilidade pelas tarefas domésticas seja apenas da mãe/mulher, já que ela não necessita de nenhum determinante biológico para ser realizada, é neutra, portanto qualquer gênero pode realizá-la.

Na mesma aula de Ciências, a professora B fez uso do material didático “busto humano” para mostrar aos alunos e alunas a forma e disposição dos órgãos do sistema digestório de maneira fácil e concreta. As crianças puderam tocar no material e mostravam muitas dúvidas sobre o corpo e suas funções, dentre essas perguntas e dúvidas, uma aluna mencionou curiosidade sobre o sistema reprodutor feminino, perguntando: “*onde está o útero?*”. O órgão não estava representado no busto, e a professora respondeu a aluna que “*esse conteúdo vocês vão ver só no ano que vem*”. Frente a esse diálogo, percebemos que na turma formada por crianças de aproximadamente 11 anos, já apresentam questionamentos que poderiam servir de base para trabalhar questões sobre sexualidade.

Os PCN sugerem que no tema transversal de Sexualidade, mais especificamente no eixo Corpo Humano, esse link com a pergunta da aluna poderia vir a sanar questionamentos sobre a diferença física entre o corpo masculino e feminino, proporcionando a reflexão necessária, citada no seguinte trecho:

Os professores precisam se mostrar disponíveis para conversar a respeito dos temas propostos e abordar as questões de forma direta e esclarecedora, exceção feita às informações que se refiram à intimidade do educador. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem-estar e tranquilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo, elevação de sua auto-estima e, portanto, melhores condições de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual (BRASIL, 1997c, p.302).

Em contrapartida a essas situações, observa-se também um incentivo a visibilidade feminina nas aulas. A professora B salienta em uma aula sobre produção textual que as meninas utilizem o termo autora e ilustradora no gênero feminino para sua identificação na realização da atividade de confecção do livro que cada aluno escreveu, o que, de certa maneira, já representa uma identificação e valorização do gênero feminino.

4.2 QUESTIONÁRIOS

As primeiras perguntas do questionário exploraram o perfil dos educadores da instituição, com perguntas sobre sua formação, pós-graduação, tempo de docência e gênero. Foram respondidos 14 questionários, sendo que apenas dois foram homens e as demais são mulheres.

Essa disparidade dos gêneros na educação pode ser analisada com dados a partir da década de 1960, segundo Sá e Rosa (S/D), com a ascensão da entrada da mulher no mercado de trabalho, ocupando cargos em hospitais e principalmente em escolas. A alta frequência de mulheres no magistério se justifica em alguns estudos pela evasão dos homens para cargos mais rentáveis e pelo relacionamento da profissão como uma extensão da maternidade.

No quadro abaixo observamos as demais respostas sobre a formação do quadro docente da escola, abrangendo as questões 2, 3 e 4 (Quadro 1).

Quadro 1- Perfil dos pesquisados através do questionário.

Formação	Área de formação	Número de professores
Graduação	Pedagogia	9
	Matemática	2
	Geografia	1
	Artes visuais	1
	Letras	1
	História	1
	Ciências	1
	Ensino superior	2
Pós-graduação	Educação Especial Inclusiva	7
	Educação no Campo	4
	Gestão Escolar / Coordenação Escolar	4
	Psicopedagogia / Psicologia Educacional	2
	História Contemporânea	1
	Libras	1
	Dinâmica Ambiental	1
	Alfabetização e letramento	1
	Novas Tecnologias Aplicadas a Educação	1
	Metodologia do Ensino de	1

	Matemática	
	Ensino de Arte	1
	Não Possui	1
Tempo de Docência	Entre 1 a 5 anos	3
	Entre 6 a 10 anos	4
	Entre 11 a 15 anos	1
	Entre 16 a 20 anos	0
	Entre 21 e 25 anos	0
	Entre 26 a 30 anos	5
	Mais de 31 anos	1

Fonte: A autora (2018).

O número de cursos de graduação e de pós-graduação não condizem com a quantidade de questionários respondidos, pois, houveram respostas que continham mais de uma formação. Grande parte dos participantes têm formação em Pedagogia, e as pós-graduações foram muito diversificadas, com uma grande representação de Educação Especial e Inclusiva. Quanto ao tempo de docência, os professores e professoras podem ser observados em dois grupos: um de professores mais jovens na docência, sendo 7 possuem até 10 anos de docência, e outro com mais tempo de profissão, 26 anos ou mais, contando com 6 docentes. Entre esses dois grupos temos apenas 1 representante, entre 11 e 15 anos.

A questão 5 do questionário pesquisava sobre como o professor organiza os alunos para as saídas de sala de aula (Quadro 2).

Quadro 2- Organização dos alunos para as saídas da sala de aula.

Forma de organização	Frequência das respostas
Fila de meninos e fila de meninas	10
Duas filas mistas	3
Sem filas	1
Fila única	0

Fonte: A autora (2018).

Esse resultado nos dá a percepção de que a maioria dos professores e professoras ainda separa seus alunos em filas conforme o gênero. Esse dado é

coerente com o que foi observado na pesquisa. Todas as vezes que foi observada a saída da sala de aula, tanto para as aulas de Educação Física, saída para o intervalo ou no final das aulas, os alunos se organizavam em duas filas: uma de meninos e uma de meninas. Os/As professores/as não precisavam verbalizar essa organização, os alunos e alunas já se organizavam dessa maneira sem qualquer menção a essa separação.

Mais uma vez, essa organização dos/as alunos/as em que os gêneros são separados, acaba naturalizando a segregação espacial, onde os meninos e as meninas não podem estar homogeneizados naquele espaço, e sim, cada qual deve reconhecer o seu espaço e ocupá-lo. O mesmo problema acontece quando o tratamento a uma turma mista é feito apenas no gênero masculino, e as meninas aprendem a se incluírem dentro desse tratamento, naturalizando uma inferioridade, ou uma adequação feminina dentro do masculino (SILVA; SILVA; SANTOS, 2009).

Essa forma de organização em filas que é aceita como natural para os alunos e alunas pode ser questionada ou reorganizada conforme a sugestão de Esplendor e Braga (2009), em que as filas mistas podem ser inseridas gradativamente no cotidiano escolar, iniciando com um trabalho sobre gênero para que as crianças possam compreender e se acostumar com a mudança, e adotando esse hábito conscientemente, tornando possível levá-lo às séries posteriores.

A questão a seguir investigou se o educador/a percebia preferências diferenciadas de conteúdo ou disciplinas pelos gêneros dos estudantes. Os dados obtidos mostram que 6 dos pesquisados responderam não perceber essa preferência, os demais citaram os resultados do quadro a baixo (Quadro 3).

Quadro 3- Preferencia de disciplinas ou conteúdos por gênero.

Gêneros	Disciplinas/Conteúdos Citados	Quantidade
Meninos	Educação Física	6
	Informática	4
	Matemática	2
	Português	1
Meninas	Informática	5
	Arte	4

	Educação Física	3
	Ensino Religioso	1

Fonte: A autora (2018).

Alguns dos resultados citavam mais de uma disciplina como preferida de cada gênero, e 2 deles citaram a mesma disciplina para os dois gêneros, sugerindo que tanto os meninos quanto as meninas preferiam esta disciplina em comparação a todas as demais, sem classificar a preferência conforme o gênero dos estudantes.

Essas preferências que podem influenciar na escolha de profissões e na criação do estereótipo de profissões femininas ou masculinas são incentivadas desde a infância pelo comportamento e gostos que são aceitáveis para ambos os gêneros.

Vimos que para os meninos, a disciplina de Educação Física foi a mais citada pelos pesquisados, pois é uma disciplina que envolve habilidades, força e coordenação motora, porém Henriques *et al.* (2007) aponta que não há nenhum impeditivo para que as meninas desenvolvam as mesmas habilidades se recebessem o mesmo treino nas aulas.

Para as meninas, a disciplina de Arte também ganhou destaque no número de citações nos questionários. Ainda para Henriques *et al.* (2007), isto é, relacionando a delicadeza, atenção e beleza desta disciplina com as características socialmente aceitas pelo gênero feminino.

Esse resultado condiz com o que foi observado, pois em vários momentos apenas os meninos brincavam com bola ou no espaço da quadra da escola, enquanto as meninas nem tiveram essa oportunidade.

Podemos perceber o quanto desmistificar desse pensamento é importante para termos bons resultados educacionais ao tratar do contexto de Sexualidade na escola, observando o trecho dos PCN a seguir: “Se o professor tem essa crença [de que os gêneros tem preferências diferentes quanto a disciplinas ou conteúdo], mesmo sem perceber pode ajudar a promovê-la, sendo que sua origem pode não ter nenhuma ligação com o sexo biológico e, sim, com experiências vividas que a escola pode alterar” (BRASIL, 1997c, p.324).

A disciplina de informática foi citada quase que com igual frequência para os dois gêneros, 5 para meninas e 4 para meninos. Supõe-se essa preferência por saber que nessas aulas os alunos podem desenvolver as atividades que mais

gostam com relação às tecnologias, ficando livres das responsabilidades e cobranças das demais disciplinas.

Uma resposta do questionário merece atenção, onde a professora respondeu nas preferências das meninas a seguinte frase: “*Arte, mas hoje se percebe muitos gostos diferentes (educação física, informática)*”, indicando que as transformações sociais de gênero permeiam a percepção dos professores e professoras, sendo aceitável, na visão deste educador, que uma menina goste de qualquer área de estudo, mesmo que não seja relacionada às características de cuidado, delicadeza e beleza.

Na questão seguinte, foi perguntado se na escola havia separação de meninos e meninas para realizar atividades. Dentre as respostas, apenas uma foi positiva, descrevendo como exemplo as atividades esportivas. Esse resultado também foi constatado nas observações, pois os professores de Educação Física realizavam essa prática com suas turmas. Os demais questionários podem ter sido mal interpretados.

Essas separações que ocorrem efetivamente no cotidiano escolar podem não ter sido notadas por eles, ou então ainda são vistas com a naturalidade como Esplendor e Braga (2009) citam, não provocando nenhuma indagação, inquietação ou estranhamento aos educadores.

Na questão 8, foi investigado se os professores e professoras consideravam que os meninos e meninas têm a mesma participação nas aulas, incluindo a conversa, perguntas, realização de tarefas e outros. Todos os questionários respondidos assinalavam que sim, portanto os professores consideram que a participação de ambos é igual em suas aulas. Podemos aprofundar e criticar o resultado desse questionário quando colocamos esse dado ao lado do que foi observado nas aulas de Educação Física, principalmente, quando as meninas não tinham a mesma participação que os meninos, enquanto eles utilizavam a quadra com as atividades com bola e elas usavam o espaço da margem da quadra, brincando com bambolês ou cordas. Mais uma vez, esses dados reafirmam a naturalidade dessa discriminação e uma incoerência entre as respostas dos questionários com o que foi observado.

Os PCN indicam que cabe aos educadores perceber e intermediar os comportamentos, incentivando e auxiliando a objetividade na linguagem e participação de seus alunos, principalmente das meninas (BRASIL, 1997c).

A última questão investigou que tipo de ações eram realizadas nas aulas para garantir que meninos e meninas fizessem as mesmas tarefas, usassem os mesmos brinquedos, e qual era a importância que isso teria.

Sobre a importância dessas ações houve apenas uma resposta clara, com a seguinte frase:

“[...] A importância é a de que não exista separação entre ambos os sexos: igualdade” (Professora pedagoga).

Esse pensamento é bastante comum na teoria, porém quando há separação e alguma espécie de “injustiça” ocorrendo nas aulas esse conceito cai por terra, pois é preciso que os alunos conheçam o princípio de igualdade para que ele seja utilizado. É preciso estimular a igualdade e estar atento a percepção de que ela está efetivamente trabalhada e vivida (BRASIL, 1997c).

Foram organizados no quadro abaixo as respostas por categorias (Quadro 4).

Quadro 4- Ações desenvolvidas pelos educadores para garantir a igualdade de participação entre os gêneros.

Categorias	Unidade de análise
1. Mesmo direitos/ Mesmas regras	3
2. Jogos e brincadeiras inclusivas/ Atividades em grupos	6
3. Incentivo/ falas sobre igualdade	4
4. Não respondeu	1

Fonte: A autora (2018).

A categoria em que as respostas tratavam de igualdade de regras e direitos segue o que diz os PCN, o qual citam que devem aparecer valores democráticos e pluralistas como objetivos a serem alcançados, valorizando ainda a dignidade e particularidades das crianças (BRASIL, 1997c).

É possível observar que as políticas de inserção do assunto de sexualidade no ambiente escolar são lembradas pelos educadores, que devem permear um espaço de discussão do assunto, como foi citada na categoria “3. Incentivo/falas

sobre igualdade” em 4 questionários, demonstrando a importância da fala, da comunicação e do incentivo para a construção do conhecimento.

Esses princípios são afirmados nos PCN, que defendem o diálogo, a possibilidade de reflexão, respeito e construção de conceitos a respeito de si e dos outros como uma maneira de garantir a igualdade e valorização dos gêneros (BRASIL, 1997c).

A categoria que mais foi citada diz respeito a propor jogos e atividades onde meninos e meninas possam estar se relacionando como iguais, sem a separação de times por gênero. Percebemos isso na resposta de um questionário, em que a educadora descreve o seguinte:

“Procuro sempre enfatizar que não existe cor de menino ou menina ou brinquedos de menino e menina, que todos podem brincar do que queiram ou vestir a cor que quiserem. Algumas conversas nesse sentido para que não haja distinção ou preconceito” (Professora pedagoga).

Essa é uma boa estratégia para trazer em pauta as questões de gênero, principalmente na educação infantil, onde podem ser desmistificadas as questões de cores, brinquedos, amizades e comportamentos, como observamos também nesta resposta:

“Não se deve frisar que este brinquedo é de menina ou de menino” (professora pedagoga).

Para Silva; Silva e Santos (2009), deve-se vincular reflexões sobre o tema usando de base essas brincadeiras. Relacionar as brincadeiras às falas é uma boa maneira de diminuir a formação de preconceitos e estereótipos na escola.

Quando colocamos os resultados do questionário frente as observações percebemos uma certa incoerência, pois nas respostas as/os professoras/es usam o discurso de igualdade e equivalência que nem sempre é visto na prática, mas que pode ser aperfeiçoado com a criticidade e a real utilização da sexualidade e das questões de gênero como tema importante que é para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e livres do machismo, sexismo e quaisquer preconceitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia utilizada na pesquisa foi de fundamental importância para diagnosticar as práticas dos professores e professoras com relação ao ensino com igualdade e equivalência de direitos entre os gêneros, assim como a disponibilidade da escola e dos professores que aceitaram participar da pesquisa.

A observação das aulas pode nos dar uma real perspectiva do que acontece no dia a dia das crianças em sala de aula e as situações de preconceito incrustadas na docência e na vivência de toda comunidade escolar, reflexo da sociedade patriarcal e machista que vivemos. Por meio da observação das aulas, foi possível relacionar o que foi visto com as respostas das/os educadoras/res nos questionários, havendo um confronto dessas respostas com a prática.

A desmistificação das diferenças de direito entre homens e mulheres, meninos e meninas vai garantir um futuro de menos violência e opressão para as mesmas, além de a Orientação Sexual garantir uma autodefesa às questões de abusos sexuais, exploração infantil e doenças sexualmente transmissíveis.

Nas observações foi constatado que se carrega a visão tradicional de papéis de gênero, onde a virilidade é cobrada aos meninos e a delicadeza às meninas, além de em nenhum momento se perceber a temática de sexualidade sendo efetivamente trabalhada. Essa ausência pode ter sido ocasionada pelo pouco tempo de observação, necessitando observar um período de tempo maior para a devida constatação de trabalho ou não pela escola.

Entretanto, houveram situações em que foi percebida a intenção de promover a equidade e igualdade entre os alunos e alunas, e como as atividades mistas e a valorização dos termos no gênero feminino. Essas situações são muito importantes para a superação dos preconceitos de discriminação de gênero, assim como promovem a autonomia e empoderamento feminino.

Os dados dos questionários nos mostraram que os educadores estão cientes da eliminação de preconceito de gênero, porém nem sempre isso está associado as suas práticas, para tanto, sugere-se uma formação mais aprofundada e esclarecedora do tema Sexualidade e as questões que ela abrange, com momentos de formação, amadurecimento e discussão de ideias.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2017. Fórum Brasileiro de segurança pública. São Paulo – SP. Ano 11, 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf> Acesso em: 17 abr. 2018.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2016, Fórum Brasileiro de segurança pública. Pinheiros-Sp, Ano 10, 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf> Acesso em: 30 mar. 2018.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2014 A 2017. Fórum Brasileiro de segurança pública. São Paulo-Sp 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>>. Acesso em 02 de nov. de 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977, 229 p.

BRASIL. Decreto nº 4.377 de 13 de setembro de 2002, que promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, de 1979 e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm> Acesso em: 28. mai. 2018.

BRASIL. **Diretrizes para uma política educacional em sexualidade**. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais-Brasília: MEC/SEPESPE, 1994. 44p.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997a. 146p.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997b. 136p.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Orientação Sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997c. 285-336p.

ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO BATISTA DE LA SALLE. **Projeto político pedagógico**. Verê, 2014.

ESPLENDOR, Elizabeth Vieira dos Santos; BRAGA, Eliane Rose Maio. **Condutas pedagógicas sobre as questões de gênero na escola**. In... Simpósio Internacional de Educação Sexual da UEM, Maringá. Anais... Universidade Estadual de Maringá: 2009.

FILHO, Arlindo Batista de Santana; SANTANA, José Robson Silva; CAMPOS, Thamyres Dayana. **O ensino de Ciências Naturais nas séries/anos iniciais do Ensino Fundamental**. In...V Colóquio Internacional "Educação e contemporaneidade". Setembro de 2011.

FONTENELE, Claudia; TANAKA, Ana Cristina D'Andretta. **Maternidade, reprodução humana e gênero: um diálogo com Pierre Bourdieu**. In... Fazendo Gênero: Corpo, violência e poder. Florianópolis, 2008.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Gênero e história das mulheres na Gênero e história das mulheres na historiografia. **História &... gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 160 p.

HENRIQUES, Ricardo *et al.* (Org.). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) Brasília-Df: Cadernos SECAD, 2007. Disponível em <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

IOP, Elizandra. Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 231-250, jul./dez. 2009. Disponível em <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/623>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

JUNIOR, Jonas Alves da Silva. Sexualidade e educação: Um diálogo necessário. **Revista Lugares de Educação**. Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 218-238, jul.-dez. 2011. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>. Acesso em: 27 mar. 2018.

KUROWSKI, Ivete Marina. Educação Física Escolar: A superação dos estereótipos de gênero na prática de esportes. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Paraná, v.1, 2014.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, Teresa Ancora Lopez de. O papel da mulher na sociedade. **Revista Da Faculdade De Direito**. Universidade De São Paulo, 1980. p.123-134. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v75i0p123-134>> Acesso em 09 de out. de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUSATTO, Rogerio; GORGES, Maria Patrícia. **Diversificação das fontes de renda na agricultura familiar e o papel do gênero: uma análise a partir da realidade do município de Itapejara D'Oeste** – PrIn: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Anais... Curitiba, 2017.

NOGUEIRA, Daniela Macias. **Gênero e sexualidade na educação**. In... I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Londrina. Anais... Universidade Estadual de Londrina: 2011. P.13-21.

PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio. **Mulheres e Relações de Gênero: o jornal como fonte e recurso pedagógico**. Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. Universidade Estadual do Paraná – Unespar. Campo Mourão-PR, 2014, 68p. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/culturaepoder/wp-content/uploads/2014/02/Livro.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2017.

RADESPIEL, Maria. **Alfabetização sem segredos: Temas Transversais**. Contagem- Mg: Editora IEMAR, 1998.

SÁ, Carolina Manfra; ROSA, Walquiria Miranda. **A história da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica**. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo5/477.pdf>> Acesso em 23 de out. de 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Série Estudos e Ensaio / Ciências Sociais / FLACSO-Brasil – junho- 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. 12(2), P. 35-50, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007

SILVA, Alaiane de Fátima dos Santos; SILVA, Daiane; SANTOS, Iara Amora dos. **Por uma educação não sexista**. Rio de Janeiro: CAMTRA, 2009.

WENETZ, Ileana. Questões de Gênero na escola e no recreio: articulações possíveis? Sexualidade: **Cadernos temáticos da diversidade**. Curitiba- Pr, 2009. p.73-80.

- 1) Qual é seu gênero () Feminino () Masculino

- 2) Qual é sua formação? : _____

- 3) Possui pós-graduação? Qual? : _____

- 4) Qual é seu tempo de docência? : _____

- 5) Como você organiza os alunos para as saídas da sala de aula?
 - () Fila única
 - () Duas filas mistas
 - () Fila de meninos e fila de meninas
 - () Sem fila

- 6) Você percebe alguma preferência dos alunos para alguma matéria ou conteúdo?
 - () Não
 - () Sim, Meninos _____
Meninas _____

- 7) Na escola há separação entre meninos e meninas para o desenvolvimento de atividades?
 - () Não
 - () Sim.
Se sim, cite exemplos: _____

- 8) Você considera que meninos e meninas tem a mesma participação (conversas, perguntas e realização de tarefas) nas suas aulas?
 - () não
 - () sim

- 9) Que tipo de ação você realiza para assegurar que meninos e meninas realizem as mesmas tarefas/brinquem com os mesmos brinquedos em suas aulas? Qual a importância que você dá a essa ação?

APÊNDICE B

Roteiro da observação:

1. Dados de identificação:

1.1.Data:

1.5 Turno:

1.2. Escola:

1.6. Professora:

1.3.Turma:

1.7. Quantidade de alunos:

1.4 Disciplina:

1.8 Conteúdo:

2. O conteúdo:

2.1 Existe relação do conteúdo com questões de gênero?

2.2 Existe relação do conteúdo com os moldes da sociedade atual?

2.3 Existe relação do conteúdo com valores morais tradicionais?

3. Metodologias

3.1 Existe separação física entre meninos e meninas?

3.2 Existe separação de trabalhos ou atividades entre meninos e meninas?

4. Outras observações importantes.

5. Existe diferença no tratamento para meninos e meninas?